

A AMÉRICA LATINA DIANTE DA RECONFIGURAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PODER GLOBAIS

[ARTIGO]

Miguel Sobrado Chaves
Universidade Nacional da Costa Rica
Juan José Rojas Herrera
Universidade de Córdoba

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este ensaio oferece uma análise crítica das raízes históricas e dos fatores estruturais do atraso latino-americano, que levaram a um sentimento generalizado de desesperança na região. Apresenta uma proposta inovadora para a construção de um futuro mais promissor, por meio do fortalecimento do capital social, da descentralização do poder e da promoção da autogestão produtiva e comunitária. Nessa perspectiva, a necessidade de uma descolonização consciente e organizada surge como um caminho viável para a superação da crise atual e o resgate da dignidade e do potencial da América Latina no século XXI.

Palavras-chave: Estado. Dominação. Colonialismo. Autogestão. Educação

This essay offers a critical analysis of the historical roots and structural factors of Latin American backwardness, which have caused a generalized sense of hopelessness in the region, and outlines a renewing proposal for the construction of a more promising future through the strengthening of social capital, the decentralization of power, and the promotion of productive and community self-management. From this perspective, the need for conscious and organized decolonization appears as a feasible way to overcome the current crisis and recover the dignity and potential of the Latin American region in the twenty-first century.

Keywords: State. Domination. Colonialism. Self-management. Education.

En este ensayo se ofrece un análisis crítico de las raíces históricas y los factores estructurales del atraso latinoamericano, que han provocado una sensación generalizada de desesperanza en la región, y se esboza una propuesta renovadora para la construcción de un futuro más promisorio a través del fortalecimiento del capital social, la descentralización del poder y la promoción de la autogestión productiva y comunitaria. Bajo esta perspectiva, la necesidad de una descolonización consciente y organizada aparece como una vía factible para superar la crisis actual y recuperar la dignidad y el potencial de la región latinoamericana en el siglo XXI.

Palabras clave: Estado. Dominación. Colonialismo. Autogestión. Educación.

Introdução

A maior parte do tamanho do continente americano e da sua riqueza, incluindo a sua população, encontra-se na América Latina, mas essa parte da região tornou-se o “patinho feio” devido à falta de oportunidades para os excluídos e às más condições prevalecentes.

Hoje, de todos os países do subcontinente latino-americano, partem caravanas intermitentes de milhares de migrantes desesperados rumo à América do Norte. A desesperança é abundante na região latino-americana, que parece ter perdido o sonho de Martí de uma América Latina líder no mundo contemporâneo. Isso ocorre após séculos de governos autoritários e décadas de sanções impostas pelos Estados Unidos às nações da região que não aceitam sua hegemonia, às quais se somam a crescente violência do tráfico de drogas e a concomitante corrupção do clientelismo. A resposta espontânea e imediata foi o desespero, traduzido em migrações massivas de milhões de pessoas afetadas.

Dois fatores predominantes condicionaram esse êxodo: o legado da servidão e da escravidão e as condições de tutela neocolonial, especialmente por parte dos Estados Unidos. Neste documento, analisaremos a relevância que esses fatores tiveram e têm na configuração dos sistemas estatais e sociais, para propor medidas que permitam mitigar e iniciar a transformação dos círculos viciosos prevalecentes em novos processos virtuosos, que possam modificar, a médio prazo, a situação regional.

O desafio é ver a realidade latino-americana além dos estereótipos negativos e personalistas e dos países individuais, para analisá-la como um sistema específico, configurado por suas próprias condições históricas e pelas do ambiente global. Nessa perspectiva, ao identificar e compreender a natureza desses sistemas, naquilo que compartilham e diferem, é viável propor alavancas-chave que permitam sua transformação em modelos de desenvolvimento com bem-estar social e em harmonia com a natureza.

A herança colonial

A nossa institucionalidade tem suas raízes no sistema político centralista dos reinos e vice-reinados, dos quais dependiam as decisões políticas e econômicas. Na era colonial, para todos os empreendimentos de conquista de novos territórios ou explorações econômicas, como minas ou plantações agrícolas, era necessária a autorização e subordinação dos seus promotores às disposições estabelecidas e aos monopólios reais.

A riqueza, dentro dessa ordem econômica vertical, era gerada principalmente pelo trabalho servil, por meio das encomendas, às quais as populações indígenas estavam vinculadas e que eram concedidas pela autoridade real aos conquistadores. Mais tarde, ao longo do extenso período colonial, foi incorporada a escravidão dos africanos, em massa, para o desenvolvimento de minas e fazendas.

Desde então, o centralismo, como forma de governo, promove relações de cima para baixo e incuba um clima de dependência e corrupção, ao mesmo tempo que desencoraja a participação das comunidades em seus próprios assuntos (García Hamilton, 1998).

Essa ordem colonial, gerida centralmente e baseada na servidão e na escravidão, foi herdada pelos crioulos. Sentindo-se discriminados pelos privilégios de que gozavam os povos peninsulares e que os afastavam da gestão local, proclamaram a independência no início do século XIX.

Os novos Estados, emergentes das guerras de independência contra as coroas espanhola, portuguesa e francesa, mantiveram a estrutura centralista de poder e, embora tenham abolido formal e progressivamente a escravidão, reservaram o controle do poder aos crioulos, baseados, como na era colonial, no monopólio de grandes extensões territoriais expropriadas das comunidades indígenas, dentro de um sistema de relações de dominação que oferecia pouquíssimos canais de avanço social, ao mesmo tempo que mantinham preconceitos étnicos e culturais de classe, de forma aberta ou semiaberta (Sobrado; Rojas, 2006).

De tal forma que, embora formalmente os povos indígenas, afro-americanos, mulatos e mestiços se tornassem cidadãos, na realidade foram privados de meios de produção, de oportunidades efetivas de promoção social e de direitos civis e políticos. Nessas condições, era praticamente impossível a esses setores sociais exercerem suas competências empresariais, associativas e

cívicas. A emergência de qualquer apariência de capital social foi severamente bloqueada, nos termos postulados por Robert Putnam (1994).

O caso do Haiti é paradigmático nesse sentido, pois, tendo sido o primeiro país a alcançar sua independência e conseguindo estabelecer, em 1804, a primeira república do continente criada por escravos, rapidamente se tornou uma nação pobre e atrasada. A incapacidade de superar os encargos de origem, somada à dívida astronômica que a França lhe impôs, conduziu, até hoje, a uma história trágica e injusta.

Vistas em retrospectiva, tanto a conquista quanto a subsequente colonização despojaram os países latino-americanos da terra e do fruto de seu trabalho servil ou escravo nas fazendas e minas, bem como de sua identidade étnico-cultural, negando a riqueza de suas tradições ancestrais e grande parte de seus valores filosóficos e estéticos, invisibilizados ou apagados pela cultura dominante.

Tutela neocolonial

Em 1820, quando nasceram as novas repúblicas, os Estados Unidos, a nova potência emergente da região, proclamaram a Doutrina Monroe sob o lema: “América para os Americanos”, que se tornou, de fato, a América para os norte-americanos, começando com a ocupação e anexação, na década de 1840, de metade do território do México.

Essa expansão foi temporariamente travada pela Inglaterra, a potência dominante em escala internacional. Naquela época, quando as tropas norte-americanas tentavam ocupar a América Central, a forte oposição inglesa obrigou-as a assinar o Tratado Clayton-Bulwer, através do qual ambos os países concordaram em não tomar colônias na região.

Embora, formalmente, os americanos, em virtude do referido tratado, não pudessem ocupar os territórios da América Central com seu exército, criaram a figura da obstrução como uma iniciativa privada destinada ao mesmo fim. Convém mencionar que essa estratégia foi inicialmente aplicada em Cuba pelo militar venezuelano Narciso López, que era apoiador da política anexionista dos Estados Unidos. Entre 1848 e 1851, organizou diversas tentativas de invasão do território cubano com grupos de voluntários de vários estados do sudeste dos Estados Unidos, que falharam miseravelmente. Na última delas, ocorrida em Bahía Honda, Pinar del Río, foi capturado pelas tropas espanholas, sendo executado com um “vil garrote” em 1º de setembro de 1851, na esplanada de La Punta, na cidade de Havana.

Apesar desse fracasso momentâneo, a prática da obstrução foi transferida para a América Central, sendo promovida e financiada principalmente pelos grupos de poder político e econômico do sul racista, com o objetivo de, primeiro, ocupar a Nicarágua e, posteriormente, expandir-se por toda a região.

Nesse contexto, a decisão do governo da Costa Rica de formar um exército profissional para enfrentar os obstrucionistas

contou com o apoio tanto da Inglaterra, que lhe vendeu rifles **minie**, os mais avançados da época, quanto de Cornelius Vanderbilt, dono da **Transit Company**, cujos navios foram expropriados pelos obstrucionistas. Paralelamente, os exércitos da América Central foram incorporados à guerra, conseguindo derrotar os obstrucionistas.

Mas, independentemente de terem sido repelidos no campo de batalha, os Estados Unidos continuaram a intervir, diplomática e militarmente, cada vez mais na região, ao longo dos séculos XIX e XX, considerando-a seu quintal.

Assim, à medida que crescia sua importância econômica e militar, e com o objetivo de assegurar sua hegemonia sobre o subcontinente latino-americano, os Estados Unidos promoveram intervenções militares diretas e golpes de Estado para impor regimes ditatoriais inclinados aos seus interesses. Ao longo do século XX, intervieram mais de 20 vezes. Entre essas intervenções destacam-se: a ocupação da Nicarágua na década de 1920 e os golpes de Estado na Guatemala, em 1954, e no Chile, em 1973, dadas as graves repercussões causadas por tais acontecimentos na vida democrática desses países.

A primeira grande rejeição à sua política expansionista foi encontrada na Nicarágua, com a guerrilha de Augusto César Sandino, um rebelde que conseguiu derrotá-los militarmente, embora tenha acabado traído pela Guarda Nacional, formada pelos americanos antes de evacuarem seu exército derrotado.

Em particular, durante a segunda metade do século XX, floresceram ditaduras

violentas promovidas pelos Estados Unidos, criando um clima de agitação e insurreição em grande parte do continente, especialmente após a derrubada forçada do governo de Jacobo Árbenz na Guatemala. Manifestou-se, entre outras formas, na criação da Legião Caribenha, uma aliança de opositores para derrubar ditaduras. Esse ambiente sociopolítico e cultural reflete-se, entre outras expressões artísticas, nas obras literárias de Mario Vargas Llosa (2019, 2000, 1969), como *Tiempos recios*, que trata da derrubada do governo legítimo da Guatemala; *A festa da cabra*, que aborda os efeitos da ditadura de Trujillo na República Dominicana, provavelmente a mais popular de sua época; e *Conversas na Catedral*, em que discute o pessimismo e a corrupção moral reinantes no Peru, sociedade sob a ditadura do general Manuel A. Odría.

Em meio a esse contexto adverso e desolador, a revolução liderada pela guerrilha cubana, em 1959, emerge com força como símbolo da resistência e da dignidade latino-americana. Inspirada no pensamento de José Martí e no quadro de um mundo de potências bipolares, inclina-se para o socialismo e estabelece uma aliança com o bloco soviético que lhe permite sobreviver. Dessa forma, a emergência da revolução cubana obriga os Estados Unidos a reavaliar parcialmente sua relação com a América Latina, implementando uma estratégia de contenção baseada em dois componentes. Por um lado, oferecendo “a cenoura” da Aliança para o Progresso, em 1961, com a qual procurou reorientar o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos; e, por outro, com “o bastão”, promovendo o bloqueio de Cuba e fortalecendo as ditaduras anticomunistas em toda a região, entre as quais se destacam, pela

sua残酷, as da Argentina, do Brasil e do Chile. Da mesma forma, envolveu-se militarmente na guerra contra a guerrilha na América Central, nas décadas de 1970 e 1980, guerra com a qual, mais uma vez, tentou ocupar a América Central, mas que, após longos anos de morte e destruição, foi obrigado a negociar o Plano de Paz, promovido pelos presidentes da região, com o apoio dos democratas norte-americanos e dos sociais-democratas europeus.

O bloqueio a Cuba teve, desde o seu início, dois propósitos: afetar a população civil, que majoritariamente apoiava a revolução, para que mudasse de posição, e estabelecer um precedente para toda a região, a fim de desencorajar outros países a adotarem medidas autônomas contrárias aos seus interesses. A aplicação do bloqueio foi levada a cabo e mantida contra a lei internacional e contra a vontade de quase todos os membros da Assembleia das Nações Unidas, que repetidamente exigiram seu levantamento.

Embora o objetivo de criar uma opinião interna adversa ao governo cubano, que levaria à sua derrubada, não tenha sido alcançado — e mesmo com o fato de que, desde 1991, a União Soviética, e com ela o perigo de uma ameaça estratégica, tenham desaparecido —, o bloqueio permanece até hoje e foi intensificado com sanções adicionais, derivadas da declaração de Cuba como país “promotor do terrorismo”, produzida com a intenção de satisfazer interesses locais e manter a dissuasão de comportamentos “hostis” de outros países do continente. Essas sanções, estendidas à Venezuela e à Nicarágua, contribuíram significativamente para desencadear grandes migrações para o norte.

A emergência do tráfico de droga, o seu impacto nos Estados e o equilíbrio regional

Com o surgimento do negócio do narcotráfico em grande escala, inicialmente promovido por Pablo Escobar, mudaram-se os eixos do poder, antes centralizado em uma pequena elite nacional, à qual já não era necessário pedir licença para fazer negócios. Seu poder atual, como transnacional, é tão grande que se permite desafiar o poder dos Estados e miná-los progressivamente, aproveitando-se das redes de corrupção institucional e penetrando nos poderes locais, especialmente em áreas deprimidas. Em pouco tempo, dominaram Estados inteiros, bem como numerosos municípios e regiões, onde sua palavra é a lei das armas. Seu principal mercado está localizado nos Estados Unidos e na Europa, onde desenvolveram, dada a passividade das autoridades, densas redes de apoio com as quais os desafiam permanentemente.

Por tudo isso, o tráfico de drogas deve ser visto como uma enorme e poderosa empresa descentralizada, que se torna progressivamente uma opção de poder, recrutando e oferecendo oportunidades às grandes massas de pessoas excluídas dos mecanismos tradicionais de geração de renda e promoção social. Uma opção de poder crescente em um contexto de desigualdade e exclusão social prevalecentes, que tende a impor um impacto econômico e territorial, fortalecendo a inteligência policial e atuando sobre as causas geradoras de exclusão social e impunidade.

O surgimento de novas condições e tendências no mundo e na América Latina

Na segunda década do século XXI, assistimos à ascensão vertiginosa de novas potências econômicas, como a China, a Índia, a África do Sul, a Rússia e o Brasil, um fenômeno que está mudando o panorama do poder mundial unipolar prevalecente desde a desintegração da União Soviética, na última década do século XX.

O peso crescente da China e as repercuções de seu sucesso econômico e social uniram essas potências, cuja participação na economia mundial se aproximará de 40% em 2030, constituindo um novo eixo de poder que rejeita a ordenação unilateral e marginal do direito internacional, na forma de sanções que os Estados Unidos impõem àqueles que não concordam com seus interesses. A atual situação internacional é, portanto, favorável à mudança, uma vez que não existe mais uma hegemonia em que apenas “a lei do bastão” prevalece, por meio de sanções e golpes de Estado, mas sim um mundo multipolar que floresce e gera alternativas e possibilidades para novas alianças.

Nesse contexto, o Brasil e o México, entre outros, têm desempenhado um papel relevante na expansão dos direitos soberanos de todas as nações latino-americanas e implementado políticas significativas com a perspectiva de recuperar e fortalecer sua soberania econômica e política. No entanto, tais medidas permanecem fracas e incompletas, devido à falta de uma base de apoio

social que sustente as mudanças, bem como à insuficiente inclusão social por meio da educação e de outros mecanismos de promoção e organização social.

Simultaneamente, no continente, ocorre um rearranjo de forças, no âmbito do qual a social-democracia e o socialismo clientelista têm perdido apoio, devido às práticas corruptas que os acompanham, enquanto o populismo de direita cresce, temperado, em vários casos, por conotações neofascistas preocupantes, que vão além da simples retórica discursiva.

O peso da corrupção endêmica

O centralismo, em condições de falta de oportunidades e de participação da grande maioria dos excluídos, dá origem à corrupção clientelista, isto é, à gestão de pessoas e organizações mediante benefícios, em troca da manutenção ou da ascensão dos oligarcas da sociedade ao poder político. Os líderes dessas organizações, por sua vez, assim que têm acesso ao poder, partilham a melhor fatia (Trocello, 2008). Essa prática não é um atributo exclusivo da direita, mas também de uma parte importante dos movimentos que reivindicam uma sociedade de bem-estar.

Tendo o interesse próprio como prioridade, quando chegam ao poder administram o erário com esse critério, causando um desequilíbrio financeiro que acaba por afetar, em primeiro lugar, aqueles que deveriam ser os beneficiários do bem-estar, gerando desesperança e indignação. Só

assim se explica que a maioria dos argentinos tenha escolhido um presidente esquizofrênico e delirante como Javier Milei.

No campo da privatização, a direita tem demonstrado grande oportunismo e corrupção, realizando negócios ao comprar empresas públicas por uma pechincha e depois vendê-las com grandes lucros (Piketty, 2019). Infelizmente, esse oportunismo não tem sido apenas da direita, mas também da chamada esquerda, como se viu com as expropriações de grandes empresas e explorações agrícolas atribuídas não a trabalhadores organizados, como seria apropriado, mas a líderes políticos, como aconteceu na Nicarágua.

Rumo ao futuro imediato: aproveitar as mudanças externas para exercer a soberania e completar as transformações internas que são necessárias

Como foi explicado ao longo deste trabalho, a tutela estatal ou patriarcal, aliada à exclusão massiva dos setores populares das dinâmicas econômicas e políticas, limita o desenvolvimento dos indivíduos e também de países e continentes inteiros, dando origem à configuração de decadência institucional avançada (Fukuyama, 2016). Em contrapartida, o capital social e a cultura cívica, essenciais à promoção do desenvolvimento econômico e social, só podem emergir em condições de autonomia e liberdade associativa, razão pela qual a capacitação dos cidadãos surge como condição *sine qua*

non de qualquer tentativa de transformação efetiva da sociedade (realidade que nos afeta).

Por outro lado, se soubermos aproveitar, a nova situação internacional abre espaços para que os países latino-americanos exerçam sua soberania de forma cada vez mais plena. Certamente, os Estados Unidos não renunciarão facilmente à sua hegemonia regional, mas fatores ideológicos e interesses instalados irão limitá-la, incluindo a garantia de sua própria segurança e a necessidade de acesso aos recursos vitais do continente. Todas essas circunstâncias, combinadas com a luta de resistência do povo e a negociação hábil com as potências econômicas emergentes, irão forçá-los a modificar sua atitude em relação à América Latina.

Ao mesmo tempo, o estado de saúde cada vez mais grave do planeta, que apresenta condições alarmantes de deterioração em questões cruciais, como o desaparecimento da biodiversidade, as alterações no uso do solo, a perda de riqueza e vitalidade das fontes de água doce e as mudanças climáticas, bem como os desastres naturais que lhes estão associados, influenciará a revalorização das práticas produtivas e dos valores ancestrais dos povos originários do continente que, há pouco tempo, permitiram a regeneração dos solos, das florestas e dos climas (Ribeiro, 2015). Toda essa herança cultural, bem como as práticas avançadas de permacultura, elevará o valor da inovação agroecológica regional e sua importância para o mundo.

Mas, em um futuro imediato, a América Latina enfrenta o grave problema derivado do crescente poder do tráfico de

drogas, bem como da antiga corrupção clientelista e do perigo das privatizações oligárquicas, como as que ocorreram com os programas neoliberais ou na Rússia pós-soviética. Além disso, nesse contexto, as condições de exclusão consolidam-se, uma vez que as relações de discriminação étnica e de classe permanecem inalteradas, o que, por sua vez, define oportunidades limitadas de acesso à educação e aos círculos de influência e poder para milhões de pessoas.

Nessas condições, a tarefa histórica de transformar a situação atual só pode ser levada a cabo por um povo organizado que ative seu poder de influência nas esferas econômica e cívica. Para tal, é necessária uma ampla mobilização social que funcione como motor da transformação social e política. Mas essa organização e mobilização social não podem ser alcançadas se não forem, primeiro, derrubadas as barreiras que mantêm a grande maioria da população em prostração.

Começar a erradicar a exclusão só é possível com a implementação de uma série de medidas estratégicas de médio e longo prazo, entre as quais se destacam: a promoção educacional e a literacia organizacional e empresarial, ambas realizadas de forma massiva e como processos participativos. A seguir, elaboraremos alguns dos elementos definidores de tais ações.

Como se sabe, a educação é um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas. Em 2015, essa organização internacional estabeleceu uma nova agenda global para o ano de 2030, que enumera 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS). Enfaticamente, os ODS quatro e cinco visam garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

No entanto, em 2019, a América Latina e o Caribe ainda estavam longe de alcançar as metas educacionais estabelecidas nos ODS. Pior ainda, a pandemia global de covid-19, desencadeada em 2020, afetou os sistemas educativos, obrigando-os a encerrar as atividades presenciais e a implementar precipitadamente formas alternativas de ensino a distância, que não conseguiram reter toda a população estudantil. Tudo isso levou à interrupção abrupta do processo educativo, afetando a aprendizagem e a progressão escolar (CEPAL, 2024).

Na tentativa de reverter essa situação, o Relatório de Monitoramento da Educação Mundial de 2022, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, recomenda que os governos, as organizações bilaterais e multilaterais, a sociedade civil, o setor privado, os acadêmicos, as comunidades, as escolas, os alunos, as famílias e os responsáveis trabalhem em conjunto para implementar as seguintes ações: promover a igualdade de acesso à educação e prevenir o abandono escolar; tornar a aprendizagem transformadora, segura e inclusiva para todos os alunos; desenvolver sistemas educativos equitativos, inclusivos e transformadores de gênero; e promover abordagens integradas, coordenadas e abrangentes em todo o sistema.

Entretanto, de acordo com informações estatísticas divulgadas recentemente

pela CEPAL (2022), em relação a 14 países da América Latina, observa-se que 41,4% da força de trabalho com 15 anos ou mais não concluiu o ensino secundário. Entre os fatores de risco para a evasão escolar encontram-se as condições de pobreza, étnicas, raciais e de deficiência, devido ao fato de que essas situações são alvo de discriminação em contextos acadêmicos adversos.

Além disso, a falta de acesso ao sistema educativo gera um círculo vicioso de pobreza e marginalização, pois, quando o aluno vem de um lar em que os pais não concluíram o ensino básico, aumenta a incidência de pobreza e de pobreza extrema. Com efeito, entre a população desses agregados familiares, a incidência de ambos os tipos de pobreza atinge 46,8%. Por outro lado, entre os estudantes provenientes de lares cujos pais concluíram o ensino superior, a incidência de pobreza foi de 9,0% (CEPAL, 2022).

Em virtude do exposto, o que é urgentemente necessário é o estabelecimento de um sistema educativo inclusivo, gratuito e universal, que elimine o abandono escolar e tenha ampla cobertura e participação de todos os grupos étnicos e classes sociais. Assim, no contexto de um sistema educativo aberto, plural e diversificado, será possível proporcionar uma educação que eduque para a vida de forma integral, com o propósito de desenvolver nas pessoas suas capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas, permitindo-lhes ascender e alcançar seu bem-estar individual e coletivo. Uma educação que desenvolva o pensamento crítico, fortaleça os laços entre escola e comunidade e que, além disso, permita vincular o conhecimento e a aprendizagem adquiridos nas salas de aula ao setor produtivo e à pesquisa científica.

O mencionado acima em relação ao papel da educação é particularmente válido para a população infantil e juvenil da América Latina, o futuro das nossas nações; contudo, seria ainda necessário erradicar a exclusão a que tem sido submetida a população adulta, que constitui atualmente a maioria da população economicamente ativa do continente e apresenta baixos níveis de escolaridade e, portanto, enorme vulnerabilidade econômica e social.

Para promover a reintegração dos grandes contingentes populacionais que foram excluídos dos circuitos econômicos e que hoje constituem a maior parte do fluxo migratório latino-americano, poderiam ser lançados processos massivos de formação organizacional e técnica nos locais de origem dessa população.

Ou seja, o que se exige nesse âmbito é promover um amplo e consistente processo de formação organizacional em nível local e comunitário, aberto a toda a população residente nesses locais, isto é, desde as crianças até os idosos, passando pelos jovens, mulheres chefes de família e pais. Com base em diagnósticos comunitários participativos, devem ser identificados, por um lado, os perigos existentes para a segurança comunitária e, por outro, o potencial econômico e as oportunidades de negócio presentes nas comunidades rurais e urbanas. Num segundo momento, a partir de tais diagnósticos, poderão ser estruturados diversos processos de formação técnica, empresarial e associativa que permitam avançar no desenvolvimento de projetos produtivos específicos.

Obviamente, todo esse esforço de formação organizacional deve ser executado

segundo os princípios epistemológicos e procedimentos técnicos recuperados e sistematizados em metodologias de formação de massa, entre as quais a educação popular de Paulo Freire e a do Laboratório Organizacional (LO), criado e desenvolvido pelo doutor em Sociologia da Organização Clodomir Santos de Moraes, já aplicado com sucesso em diversos países de quatro continentes (Carmem; Sobrado, 2000). Este último, o LO, além de apresentar resultados marcantes nas diversas formas de organização popular, gera poder real, sensibilizando e ampliando as possibilidades de incidência e participação das comunidades na vida econômica e política. O sucesso do LO baseia-se em sua abordagem centrada na autonomia efetiva dos grupos, e não na tutela clientelista dos assistentes sociais. Nesse sentido, vale destacar que a autonomia do sujeito é exigida pela própria natureza do processo formativo, que requer, para ser eficaz, uma relação sem interferência com o objeto, neste caso, a organização social, na cuja gestão os participantes procuram se habilitar. Toda essa abordagem metodológica está alinhada, de forma consistente, com os princípios da educação de adultos, ou andragogia, e com a teoria da atividade objetivada de Lev Vygotsky (2013).

O método de Clodomir acrescenta ainda o conceito de estruturas ideológicas ou inéncias comportamentais, derivadas da prática anterior de trabalho dos participantes, que devem ser superadas por meio das novas práticas organizacionais geradas nos Laboratórios Organizacionais (Santos de Moraes, 1989). Dessa forma, os participantes têm a oportunidade de aprender não apenas sobre as formas tradicionais de produção, como artesanato, manufatura, indústria e

pós-indústria, mas também sobre formas emergentes que incluem a agroecologia e a inteligência artificial. Estas últimas, como se sabe, adquirem cada vez mais relevância na configuração das empresas e na integração do ser humano com a natureza, gerando novas formas de artesanato rural e urbano que auxiliam na regeneração do ambiente e constituem um forte incentivo para que a população se estabeleça em seus locais de origem.

Razões pelas quais a formação organizacional deve ser ministrada em condições de autonomia

O treino, entendido como qualificação para o desempenho de determinada atividade, requer instrução adequada sobre o objeto com o qual se deseja treinar, ou seja, prática direta com esse objeto. Porém, no primeiro momento de instrução, a pessoa ou o grupo entra em relação com um instrutor ou manual, o que lhe permite aprender sobre a natureza do objeto em que deseja ser treinado. Este é um passo necessário, mas não suficiente. Para realmente se tornarem hábeis no manuseio do objeto, devem praticar com ele, pois somente assim obterão os conhecimentos necessários sobre o seu funcionamento e poderão desenvolver competências e habilidades no seu manuseio.

Como pode ser observado nos processos de treino para movimentação de veículos, a primeira fase do ensino é realizada pelo sujeito que deseja treinar com um instrutor. Estabelece-se, assim, uma

relação entre dois sujeitos. Na segunda fase, quando o sujeito entra no veículo, o instrutor fica no banco de trás e apenas permanece para evitar qualquer emergência, enquanto o sujeito entra em relação direta com o veículo. Ao atuar sobre ele e acionar o seu motor, o sujeito recebe informações sobre o objeto, relacionadas à sua força e dinâmica, e sobre como os diversos componentes do sistema se articulam na prática. Nesse processo, reconhece suas qualidades operacionais e desenvolve habilidades para, um dia, poder conduzir veículos automotores no mundo real, onde circulam pessoas e outros veículos. O instrutor deve respeitar a autonomia do sujeito para que o processo de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades flua sem alterações, limitando-se a intervir apenas em caso de emergência. Um instrutor que limita a autonomia do sujeito ou tenta direcionar cada etapa do manejo do veículo quebra o clima necessário para que o processo de treino ocorra, impedindo-o ou prolongando-o desnecessariamente.

Treinamento em organização de fontes de energia

Assim como a formação na condução de veículos exige autonomia, a formação na organização de grupos sociais e de empreendimentos exige, além dos processos básicos de instrução, uma autonomia efetiva no seu funcionamento. Este é um requisito para que quem está a treinar perceba a movimentação das peças, adquira conhecimentos e desenvolva habilidades sobre o sistema em operação.

Embora a importância da autonomia nos processos de formação técnica seja reconhecida no dia a dia, esta não funciona, na prática, da mesma forma na formação organizacional. Isso, apesar do fato de que exatamente os mesmos princípios cognitivos governam a aprendizagem e a formação de indivíduos e grupos. Várias razões – sejam de posição ideológica ou social, como o medo das repercussões econômicas e políticas dos processos de formação em massa, o prestígio pessoal e institucional, ou o interesse no controle político – interferem e alteram o processo de formação. Basicamente, o que acontece é que não sabemos treinar, nem confiamos nas capacidades dos indivíduos que integram a organização. A intervenção indevida, nesses casos, impede que o processo facilitador do desempenho organizacional ocorra e gera, ao contrário dos processos de conhecimento, uma espécie de sujeito passivo e dependente.

Em resumo, treinar um grupo humano para uma atividade autônoma não é o mesmo que treinar para o exército ou para atuar em uma fábrica, onde as ordens e o planejamento são definidos em níveis superiores. Para criar uma organização capaz de autogestão, como as diversas formas de cooperativas e organizações de economia social e solidária, criadas para a produção ou para a resolução de serviços comunitários básicos, é preciso partir da natureza gregária da espécie humana e da complexidade das relações pessoais e de grupos intervenientes. Trata-se de lançar um processo formativo com autonomia, que articule organicamente os interesses individuais ou grupais em torno do propósito comum que os integra como organização

– o que, de forma alguma, poderia ser alcançado com uma visão estreita.

Em virtude do exposto, o objetivo final da formação organizacional proposta é que os excluídos se tornem protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento, por meio do poder da auto-organização e com base nos recursos disponíveis em suas comunidades. Dessa forma, a participação organizada dos residentes de qualquer comunidade carente, na satisfação de suas necessidades imediatas de abastecimento e alimentação, habitação, saúde, educação e segurança pública, entre outros, dará lugar a um processo crescente de empoderamento dos cidadãos – setores passivos e excluídos – que, por meio da concretização de objetivos coletivos ou do cumprimento de metas sociais, avançarão gradativamente na recuperação da própria identidade e autoestima. Isso porque, como apontou Vygotsky (2013), as pessoas não são transformadas apenas por discursos ou leituras, mas por meio de atividades concretas e organizadas que se traduzem em resultados que beneficiam a todos.

Impulsionando a mudança síncrona de cima e de baixo

A separação histórica e estrutural entre Estado e sociedade é outro dos legados desastrosos da era colonial, na medida em que os próprios governos de esquerda, quando conquistam o poder político, costumam aplicar uma estratégia de

transformação ancorada – ou limitada – no trabalho do Estado, deixando de lado ou relegando a segundo plano a participação e o controle cidadão que a organização popular informada permite. O resultado disso tem sido um conjunto de avanços significativos, sobretudo em termos de distribuição social da riqueza e de combate à corrupção governamental, mas que, por si só, são insuficientes para transcender o neoliberalismo, além de serem pouco sustentáveis a longo prazo.

Com base na experiência recente de alguns governos progressistas, é imperativo fazer um esforço especial para tentar harmonizar os ritmos do processo de mudança do Estado com os processos de organização social e participação da sociedade civil. A assinatura de um pacto político ou acordo social inclusivo pode ser um bom ponto de partida para que o Estado e a sociedade se reconciliem e começem a trabalhar juntos na implementação de um projeto comum.

Em suma, o que se propõe é avançar na reforma profunda do Estado até estabelecer um Estado de bem-estar social forte e vigoroso, baseado na descentralização e na participação popular, que não tema fortalecer a autonomia dos diferentes sujeitos sociais. Para alcançar isso, será necessário incentivar todas as formas de democracia direta, modificar substancialmente o estilo de governo unipessoal e centralizador e desconcentrar o exercício do poder. A legitimidade política do Estado deve ser utilizada para promover uma mobilização social ampla e constante, que permita realizar as mudanças estruturais que se impõem.

Construir uma organização autônoma é semejar a verdadeira democracia

Dado o peso excessivo do clientelismo nos nossos sistemas políticos, estamos bastante habituados a tratar como organizações estruturas jurídicas formadas em escritórios por pseudolíderes, que fornecem listas de clientes que os declaram como seus representantes em diversos tipos de empreendimentos. Clientes que têm um benefício, muitas vezes pouco tangível, mas que não direcionam nem definem, na prática, as políticas dessas “organizações”, que acabam por se tornar vagões dos partidos políticos. Tais partidos promovem formalmente o “Estado de bem-estar social”, mas, quando chegam ao poder, não governam para o povo, mas para a elite dominante, incluindo os “líderes populares” que os apoiam, desencadeando uma cascata de corrupção que os desmoraliza perante a população.

Este esclarecimento é essencial para compreender resultados eleitorais como os da Argentina, onde as grandes massas de pessoas marginalizadas, cansadas de engano, votaram “da frigideira para o fogo”, elegendo um anarcocapitalista. Mas, agora, estão mais uma vez excluídas, porque não têm o poder de demonstrar sua força frente a um Estado mediado pelo clientelismo e a uma classe política que apenas as utilizou para legitimar seu acesso ao poder por meios pacíficos e eleitorais.

Assim, num continente em que mais da metade da população ativa tem menos

do que o ensino médio, e num momento histórico caracterizado pelo avanço imparável da tecnologia, o desenvolvimento de programas massivos de formação em auto-organização é estratégico e não pode ser adiado, a fim de construir cidadãos com bem-estar e evitar os riscos de violência.

Portanto, hoje é imperativo dar poder de organização e intervenção nos assuntos públicos às grandes massas de excluídos e pobres nas repúblicas latino-americanas, carentes de mecanismos de poder; massas que, conhecendo os resultados e adotando as melhores práticas das organizações autônomas no âmbito comunal, cooperativo e nos campos comunitário, cooperativo e latino-americano (www.prismalat.com), podem ser capacitadas, por meio da organização autônoma, para construir uma nova institucionalidade cada vez mais descentralizada, participativa, democrática e eficiente.

Conclusão

Esta proposta pode parecer, à primeira vista, pouco estimulante pela sua complexidade e de muito longo prazo, dada a urgência das transformações que o nosso continente exige, bem como as ameaças existentes e a velocidade das mudanças planetárias. Mas, se devidamente valorizada, tem um poder cumulativo que viabiliza a transformação básica do sistema a médio prazo.

O mais importante para iniciar o processo de metamorfose aqui descrito é aceitar que, de certa forma, “somos erotados”, como disse um camponês espancado após

um despejo, e que, portanto, precisamos promover uma mudança de paradigma ou imaginário social que vá da derrota estrutural, devido à “cultura da corrupção”, a uma visão histórica e realista da origem das fragilidades do sistema, acompanhada de uma proposta operacional de transformação e autotransformação progressiva, que vá da exclusão social, prevalecente hoje, para a conquista do limiar da cidadania para todos. Uma vez feita esta mudança de visão e empreendido o ajustamento nas políticas econômicas, sociais e de segurança pública, em que sejam retomadas as melhores práticas até agora alcançadas, enriquecendo-as nas novas e diversas realidades, os resultados serão contagiantes e espalhar-se-ão como uma torrente de pólvora por todo o continente, atingindo velocidades inusitadas e uma grande variedade de resultados e inovações típicas de um continente tão rico e diversificado como o nosso.

Mas não devemos esquecer que as transformações que o continente exige, apesar das mudanças favoráveis na situação mundial, não serão lançadas apenas com discursos nas praças ou sermões; é necessário tratar a organização autônoma como fonte de poder popular, que reafirma a identidade latino-americana. Dessa forma, por meio da organização autônoma e da mobilização cidadã, seriam lançadas as bases da mudança e desencadeada uma dinâmica de transformação, no âmbito da qual os efeitos específicos da atividade autônoma organizada serão aqueles que, por um lado, darão poder e confiança às suas possibilidades para os excluídos e, por outro lado, quebrarão estereótipos sobre a incapacidade étnica ou de classe. Da mesma forma, o conceito de organização, tão enfraquecido pelo clientelismo, recuperará seu

significado e sua dinâmica, prestigiando as iniciativas locais com seus resultados e criando condições para que ocorra um sincretismo entre os valores ancestrais e o melhor da cultura humanista e democrática dos nossos tempos.

Em suma, é crucial aceitar que o desenvolvimento só é alcançado por meio do reforço das capacidades cívicas e empresariais das pessoas, mediante uma organização autônoma. Este é o caminho para criar cidadania e democracia; o outro é o do terror e da violência do Estado ou do tráfico de drogas. Ao entrarmos na segunda década do século XXI, precisamos urgentemente tomar decisões firmes antes que seja tarde demais. ■

[MIGUEL SOBRADO CHAVES]

Cientista social, integra o corpo docente da Universidade Nacional da Costa Rica, onde fundou a Escola de Planeamento e Promoção Social. Atuou como assessor da Federação de Cooperativas de Produção Agrícola Autogeridas e como consultor em diversos países da América Central para a OIT e a FAO, entre outras organizações internacionais de desenvolvimento. E-mail: miguel.sobrado@gmail.com

[JUAN JOSÉ ROJAS HERRERA]

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Autónoma de Sinaloa, mestre em Sociologia Rural pela Universidade Autónoma de Chapingo e doutor em Economia e Administração de Empresas pela Universidade de Córdoba, Espanha. E-mail: rojashjj@gmail.com

Referências

CARMEM, R.; SOBRADO, M. **Um futuro para os excluídos.** Londres: Zed Books, 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina e do Caribe.** 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Prevenção e redução do abandono escolar na América Latina e no Caribe.** 2024. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b80b4d28-e4df-4c5c-9659-dd78d4d1b527/content>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FUKUYAMA, F. **Ordem e decadência da política.** Barcelona: Deusto-Grupo Planeta, 2016.

GARCÍA HAMILTON, J. I. **El autoritarismo hispano-americano y la improductividad.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/sustainable-development-goals/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório de monitorização da educação global:** relatório de género, aprofundar o debate sobre aqueles que ainda são deixados para trás. 2022. <https://doi.org/10.54676/LHMC7003>

PIKETTY, T. **Capital e ideologia.** Barcelona: Deusto, 2019.

PUTNAM, R. **Para que la democracia funcione.** Caracas: Galac, 1994.

RIBEIRO, S. **Desigualdade e devastação globais.** La Jornada, 2015.

SANTOS DE MORAIS, C. **Apuntes de teoría de la organización.** Tegucigalpa: Guaymuras, 1989.

SOBRADO, M.; ROJAS, J. J. **América Latina:** crise do Estado clientelista e a construção de Repúblicas Cidadãs. São José da Costa Rica: EUNA, 2006.

TROCELLO, G. **A fabricação de cidadãos servos.** Cultura política e regimes neopatrimoniais. San Luis: Editora Universidade Nova-Universidade Nacional de San Luis, 2008.

VARGAS LLOSA, M. **A festa da cabra.** Lima: Alfaguara, 2000.

VARGAS LLOSA, M. **Conversa na catedral**. Madri: Seis Barral, 1969.

VARGAS LLOSA, M. **Tempos difíceis**. Lima: Alfaguara, 2019.

VYGOTSKY, L. **Pensamiento y lenguaje**. México: Booket Paidós, 2013.